COLEGIADO							
Colegiado	8	278,97	16,76	0,00	0,00	20,83	316,56
TOTAL 6	8	278,97	16,76	0,00	0,00	20,83	316,56
PENSAO ESPECIAL							
Pensão Especial	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL 7	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL		576,46	402,29	55,24	41,02	536,13	1.611,15
PREVIDENCIA							
FUNPREV	1	30,73	0,00	-	-	1,43	32,16
FINANPREV	39	365,68	193,30	41,00	5,85	295,40	901,23
REGIME GERAL	25	180,05	208,99	14,24	35,17	239,31	677,76
TOTAL PREVIDENCIA	65	576,46	402,29	55,24	41,02	536,13	1.611,15

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020 ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL – INATIVO E PENSIONISTA

PODER
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

BIMESTRE: MARÇO-ABRIL/2020

REF.: MARÇO/2020

LDO, art. 59 R\$ milhares

Regime Jurídico Único	Cargo	Quantidade	Vencimentos/ Proventos/ Pensões	Outras Vantagens	Total
Inativos					
Nível					
- Superior	Procurador de Contas, Secretário, Chefe de Gabinete, Assessor da Procuradoria, Assessor Téc. Informática e Assessor Técnico	16	250,63	238,10	488,73
- Médio	Assistente Técnico e Assistente Técnico de Procurador	2	6,85	10,40	17,25
- Fundamental	-	0	0,00	0,00	0,00
Pensionista	Técnico Auxiliar de Serviços Especializados, Agente Operador de Veículos, Operador de Computador e Procurador de Contas	4	52,90	0,00	52,90
TOTAL GERAL	11	22	310,38	248,50	558,88

Protocolo: 546922

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº da Inexigibilidade: 017/2020-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA (CNPJ nº 00.028.986.0015-03)

Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos, em 01 (um) elevador de passageiros da marca ATLAS SCHINDLER, modelo S001-S3300, número de identificação EEL 168537, instalado no prédio das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude em Belém, na rua Ângelo Custódio, 85, Campina, Belém/PA.

Valor Total: R\$ 22.681,44 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Fundamento Legal: Art. 25, I, da Lei Federal 8.666/93.

Data da Assinatura: 18/05/2020.

Dotação Orçamentária:

Atividade: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais;

Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins

Protocolo: 547039

OUTRAS MATÉRIAS

Extrato da Recomendação nº 034/2020/MP/6PJMAB

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua Promotora de Justiça desta Comarca infra firmada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III da CF/88, art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, art. 26, I da Lei nº 8.625/93 e art. 52, VI, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006; torna pública a expedição da Recomendação nº 034/2020/MP/6PJMAB que se encontra à disposição para os interessados, nesta Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/n, esquina com Rodovia Transamazônica, Agrópolis do Ingra, Bairro Amapá, CEP 68502-290, Marabá/PA - Telefone e Fax: (94) 3312-9900 - E-mail: mppmaraba@mppa.mp.br. Recomendação nº 034/2020/MP/6PJMAB
Procedimento Administrativo nº 000173-940/2020, 000107-940/2020 e 000108-940/2020

Destinatários: Município de Marabá, Município de Bom Jesus do Tocantins e Município de Nova Ipixuna e suas respectivas Secretarias Municipais de Educação.

Assunto: RESOLVE recomendar IMEDIATAMENTE aos Municípios de Marabá, Bom Jesus do Tocantins e Nova Ipixuna e às respectivas Secretarias Municipais de Educação, que em razão da suspensão das aulas presenciais nas unidades escolares de educação básica, como uma das medidas de enfrentamento à COVID-19, na reorganização de seus calendários escolares, observem a legislação e demais normas aqui mencionadas, adotando providências que minimizem os impactos negativos aos alunos, explicitadas em ato normativo próprio e materializadas em documentos específicos (como, por exemplo, planos de ação), as estratégias e ações que serão adotadas pelas escolas a elas vinculadas e, especialmente diante da opção pela oferta de atividades pedagógicas não presenciais para composição das 800 horas letivas que:

- estabeleçam estratégias para garantir o acesso às atividades elaboradas a todos os alunos da rede de ensino;
 - estabeleçam mecanismos de controle de frequência de acordo com a atividade aplicada;
 - os objetivos educacionais de ensino e aprendizagem previstos nos planos de cada escola, para cada uma das séries (anos, módulos, etapas ou ciclos), sejam alcançados;
 - adaptem o calendário escolar às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e de saúde (o que inclui a consideração sobre o momento vivido de isolamento social e suas consequências na vida cotidiana das pessoas), conforme previsto no § 2º do art. 23 da LDB;
 - efetivem o cômputo de atividades programadas não presenciais nas 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória, apenas se atenderem às normas vigentes sobre dia letivo e atividades escolares (Parecer CNE nº 5/1997);
 - utilizem, para a programação da atividade escolar obrigatória, todos os recursos disponíveis e as mais diversas estratégias de comunicação (individuais e integradas), não excluindo a interação com os estudantes;
 - registrem todas as alterações ou adequações no Regimento Escolar, na Proposta Pedagógica da escola ou no Calendário Escolar, indicando com clareza as aprendizagens a serem asseguradas aos alunos e especificando, em sua proposta curricular, estratégias de implementação do currículo e formas de avaliação dos alunos;
 - informem as alterações e adequações que tenham sido efetuadas aos Conselhos Educação, ou seja, em até 30 (trinta) dias após o retorno às aulas;
 - registrem, de forma pormenorizada, e archive as comprovações que demonstrem as atividades escolares realizadas, fora da escola, a fim de que possam ser autorizadas a compor carga horária de atividade escolar obrigatória a depender da extensão da suspensão das aulas presenciais, durante o período de suspensão pela pandemia de COVID-19;
 - preservem, quando da reorganização dos calendários escolares em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, o padrão de qualidade previsto no inciso IX do artigo 3º da LDB e inciso VII do art. 206 da Constituição da República;
 - providenciem, com a velocidade que se espera e se necessita, os pedidos de validação de carga horária pelas escolas aos Conselhos de Educação, organizarem seus serviços de inspeção, tanto na estrutura física quanto nos recursos humanos, para a referida validação de carga horária das escolas públicas e privadas que compõem seu sistema;
 - realizem, ao final, com a retomada das aulas presenciais:
 - acolhimento e reintegração social dos professores, estudantes e suas famílias como forma de superar os impactos psicológicos do tempo de isolamento social;
 - avaliação diagnóstica de cada estudante para subsidiar o planejamento docente e a construção de um programa de recuperação, caso necessário;
 - programas de revisão dos conteúdos trabalhados nas atividades realizadas antes ou durante o período de suspensão das aulas;
 - nova adequação dos calendários escolares, com reposição de conteúdos eventualmente abordados em atividades não presenciais, nos casos onde as deficiências no acesso aos meios e recursos (especialmente tecnológicos) disponibilizados pelas redes tenha prejudicado o acesso igualitário dos alunos aos conteúdos ministrados;
 - realização de busca ativa para o fim de trazer de volta os alunos evadidos, com o consequente planejamento de suas atividades escolares;
 - informem primeiramente, aos pais/responsáveis sobre as alterações e adequações que tenham sido efetuadas acerca dos critérios adotados para implementação do ensino não presencial;
 - proporcionem ampla publicidade à comunidade escolar, especialmente às famílias dos alunos, quanto às ações a serem desenvolvidas pelas redes de ensino, abrindo-se canal direto de comunicação para resolução dos problemas que eventualmente surgirem no curso do processo;
 - sejam adotadas as providências legais para a formalização dos eventuais novos arranjos necessários.
- SOLICITAR dos Órgãos Recomendados a apresentação de resposta por escrito acerca do atendimento dos termos da presente RECOMENDAÇÃO, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecendo que a omissão de resposta ensejará interpretação negativa de atendimento;
- Mayanna Silva de Souza Queiroz – Promotora de Justiça, titular do 6º Cargo de PJ de Marabá

Protocolo: 547075

PORTARIA N.º 1.740/2020-MP/PJG

Complementa as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito do MPPA. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições legais e com fundamento no artigo 18, XXV, da Lei Complementar nº 57/2006; CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 4 de fevereiro de 2020, que "Declara Emergência em Saúde